

ANEXO I - EDITAL**TERMO DE REFERÊNCIA**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE –
CAMPUS IPANGUAÇU (UASG 158367)

(Processo Administrativo nº 23037.001403.2025-11)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos laboratoriais modernos e tecnologicamente atualizados, incluindo sua instalação, calibração e teste de funcionamento, destinado à modernização e ampliação da infraestrutura dos Laboratórios de Eletrônica, Eletricidade e Robótica do Órgão Gerenciador e dos Órgãos Participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	REFERÊNCIA DE MARCA (para fins de parâmetro técnico)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Gerador de Funções 25 MHz, 2 canais, faixa de frequência até 25 MHz, display digital, resolução de 14 bits, memória ≥ 8 kpts, compatível com interface USB.	434370	Minipa	UNID.	11	30	3.920,00	117.600,00
2	Osciloscópio digital 2 canais, display colorido ≥ 7", banda mínima 100 MHz, taxa de amostragem ≥ 1 GSa/s, interface USB e função FFT.	322184	Minipa	UNID.	11	26	5.300,00	137.800,00
3	Analizador de qualidade de energia, classe S, CAT IV 600V, com medições de flicker, dips, swell in-rush e interface LAN.	602522	Minipa	UNID.	4	6	33.900,00	203.400,00
4	Conjunto principal LEGO Mindstorm EV3 45544, destinado à robótica educacional, compatível com plataforma LEGO Education.	627003	Lego	UNID.	7	25	9.990,00	249.750,00
5	Drone modelo compacto para ensino tecnológico, câmera 4K, alcance mínimo de 10 km, autonomia ≥ 30 min, controle remoto com tela.	611462	DJI (Mini 4 Pro Standard)	UNID.	5	8	8.428,86	67.430,88
6	Fonte de alimentação DC regulável, dupla saída, tensão ajustável de 0–30V, corrente até 5A, com display digital e proteção contra sobrecarga.	294870	Minipa	UNID.	17	31	1.966,66	60.966,46

7	Termovisor digital portátil, display colorido TFT, resolução térmica mínima 120x90 px, faixa de medição -20°C a 400°C, bateria recarregável.	600067	Minipa	UNID.	8	14	5.011,00	70.154,00
8	Kit iniciante para Arduino, contendo placa UNO R3, cabos, protoboard sensores e atuadores básicos.	626128	-	UNID.	17	74	139,70	10.337,80
9	Kit robótico tipo braço mecânico didático (Smart Arm), compatível com Arduino, composto de servo motores e estrutura acrílica.	473740	-	UNID.	9	33	448,69	14.806,77
10	Sensor de visão Pixy2-CMUCam5, compatível com Arduino e Raspberry Pi, com reconhecimento de cor e rastreamento de objetos.	628103	Pixy2	UNID.	12	26	746,50	19.409,00
11	Luxímetro digital portátil, faixa mínima até 100.000 lux, display LCD, calibração conforme norma ISO/CIE.	443380	Minipa	UNID.	12	17	316,00	5.372,00
12	Decibelímetro digital portátil, faixa 30–130 dB, precisão ±1,5 dB, display digital, alimentação por bateria.	300873	Incoterm	UNID.	6	13	569,50	7.403,50
VALOR TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO								964.430,41

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: 158367 - IFRN, Campus Ipanguaçu				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.
1	Gerador de Funções 25 MHz, 2 canais, faixa de frequência até 25 MHz, display digital, resolução de 14 bits, memória ≥ 8 kpts, compatível com interface USB.	UNID.	6	12
2	Osciloscópio digital 2 canais, display colorido ≥ 7", banda mínima 100 MHz, taxa de amostragem ≥ 1 GSa/s, interface USB e função FFT.	UNID.	6	12
3	Analizador de qualidade de energia, classe S, CAT IV 600V, com medições de flicker, dips, swell in-rush e interface LAN.	UNID.	1	1
4	Conjunto principal LEGO Mindstorm EV3 45544, destinado à robótica educacional, compatível com plataforma LEGO Education.	UNID.	1	3
5	Drone modelo compacto para ensino tecnológico, câmera 4K, alcance mínimo de 10 km, autonomia ≥ 30 min, controle remoto com tela.	UNID.	1	2
6	Fonte de alimentação DC regulável, dupla saída, tensão ajustável de 0–30V, corrente até 5A, com display digital e proteção contra sobrecarga.	UNID.	2	5
7	Termovisor digital portátil, display colorido TFT, resolução térmica mínima 120x90 px, faixa de medição -20°C a 400°C, bateria recarregável.	UNID.	1	2
8	Kit iniciante para Arduino, contendo placa UNO R3, cabos, protoboard sensores e atuadores básicos.	UNID.	6	12

9	Kit robótico tipo braço mecânico didático (Smart Arm), compatível com Arduino, composto de servo motores e estrutura acrílica.	UNID.	2	5
10	Sensor de visão Pixy2-CMUCam5, compatível com Arduino e Raspberry Pi, com reconhecimento de cor e rastreamento de objetos.	UNID.	2	5
11	Luxímetro digital portátil, faixa mínima até 100.000 lux, display LCD, calibração conforme norma ISO/CIE.	UNID.	1	2
12	Decibelímetro digital portátil, faixa 30–130 dB, precisão $\pm 1,5$ dB, display digital, alimentação por bateria.	UNID.	1	2

Órgão Participante: 154582 - IFRN, Campus São Gonçalo do Amarante				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.
4	Conjunto principal LEGO Mindstorm EV3 45544, destinado à robótica educacional, compatível com plataforma LEGO Education.	UNID.	1	2
5	Drone modelo compacto para ensino tecnológico, câmera 4K, alcance mínimo de 10 km, autonomia ≥ 30 min, controle remoto com tela.	UNID.	1	1
7	Termovisor digital portátil, display colorido TFT, resolução térmica mínima 120×90 px, faixa de medição -20°C a 400°C, bateria recarregável.	UNID.	1	1
8	Kit iniciante para Arduino, contendo placa UNO R3, cabos, protoboard sensores e atuadores básicos.	UNID.	1	30
9	Kit robótico tipo braço mecânico didático (Smart Arm), compatível com Arduino, composto de servo motores e estrutura acrílica.	UNID.	1	10
10	Sensor de visão Pixy2-CMUCam5, compatível com Arduino e Raspberry Pi, com reconhecimento de cor e rastreamento de objetos.	UNID.	1	5
11	Luxímetro digital portátil, faixa mínima até 100.000 lux, display LCD, calibração conforme norma ISO/CIE.	UNID.	1	2
12	Decibelímetro digital portátil, faixa 30–130 dB, precisão $\pm 1,5$ dB, display digital, alimentação por bateria.	UNID.	1	2

Órgão Participante: 154840 - IFRN, Campus São Paulo do Potengi				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.
1	Gerador de Funções 25 MHz, 2 canais, faixa de frequência até 25 MHz, display digital, resolução de 14 bits, memória ≥ 8 kpts, compatível com interface USB.	UNID.	1	3
3	Analizador de qualidade de energia, classe S, CAT IV 600V, com medições de flicker, dips, swell in-rush e interface LAN.	UNID.	1	1
5	Drone modelo compacto para ensino tecnológico, câmera 4K, alcance mínimo de 10 km, autonomia ≥ 30 min, controle remoto com tela.	UNID.	1	2
6	Fonte de alimentação DC regulável, dupla saída, tensão ajustável de 0–30V, corrente até 5A, com display digital e proteção contra sobrecarga.	UNID.	1	3
7	Termovisor digital portátil, display colorido TFT, resolução térmica mínima 120×90 px, faixa de medição -20°C a 400°C, bateria recarregável.	UNID.	1	1

11	Luxímetro digital portátil, faixa mínima até 100.000 lux, display LCD, calibração conforme norma ISO/CIE.	UNID.	1	2
12	Decibelímetro digital portátil, faixa 30–130 dB, precisão $\pm 1,5$ dB, display digital, alimentação por bateria.	UNID.	1	2

Órgão Participante: 158373 - IFRN, Campus João Câmara				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.
1	Gerador de Funções 25 MHz, 2 canais, faixa de frequência até 25 MHz, display digital, resolução de 14 bits, memória ≥ 8 kpts, compatível com interface USB.	UNID.	3	6
2	Osciloscópio digital 2 canais, display colorido $\geq 7"$, banda mínima 100 MHz, taxa de amostragem ≥ 1 GSa/s, interface USB e função FFT.	UNID.	4	5
3	Analizador de qualidade de energia, classe S, CAT IV 600V, com medições de flicker, dips, swell in-rush e interface LAN.	UNID.	2	3
4	Conjunto principal LEGO Mindstorm EV3 45544, destinado à robótica educacional, compatível com plataforma LEGO Education.	UNID.	4	5
5	Drone modelo compacto para ensino tecnológico, câmera 4K, alcance mínimo de 10 km, autonomia ≥ 30 min, controle remoto com tela.	UNID.	2	3
6	Fonte de alimentação DC regulável, dupla saída, tensão ajustável de 0–30V, corrente até 5A, com display digital e proteção contra sobrecarga.	UNID.	5	6
7	Termovisor digital portátil, display colorido TFT, resolução térmica mínima 120x90 px, faixa de medição -20°C a 400°C, bateria recarregável.	UNID.	2	3
8	Kit iniciante para Arduino, contendo placa UNO R3, cabos, protoboard sensores e atuadores básicos.	UNID.	9	12
9	Kit robótico tipo braço mecânico didático (Smart Arm), compatível com Arduino, composto de servo motores e estrutura acrílica.	UNID.	5	8
10	Sensor de visão Pixy2-CMUCam5, compatível com Arduino e Raspberry Pi, com reconhecimento de cor e rastreamento de objetos.	UNID.	4	6
11	Luxímetro digital portátil, faixa mínima até 100.000 lux, display LCD, calibração conforme norma ISO/CIE.	UNID.	3	4
12	Decibelímetro digital portátil, faixa 30–130 dB, precisão $\pm 1,5$ dB, display digital, alimentação por bateria.	UNID.	2	4

Órgão Participante: 158365 - IFRN, Campus Mossoró				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.
1	Gerador de Funções 25 MHz, 2 canais, faixa de frequência até 25 MHz, display digital, resolução de 14 bits, memória ≥ 8 kpts, compatível com interface USB.	UNID.	6	8
2	Osciloscópio digital 2 canais, display colorido $\geq 7"$, banda mínima 100 MHz, taxa de amostragem ≥ 1 GSa/s, interface USB e função FFT.	UNID.	6	8
3	Analizador de qualidade de energia, classe S, CAT IV 600V, com medições de flicker, dips, swell in-rush e interface LAN.	UNID.	1	1

6	Fonte de alimentação DC regulável, dupla saída, tensão ajustável de 0–30V, corrente até 5A, com display digital e proteção contra sobrecarga.	UNID.	8	16
7	Termovisor digital portátil, display colorido TFT, resolução térmica mínima 120x90 px, faixa de medição -20°C a 400°C, bateria recarregável.	UNID.	2	4
11	Luxímetro digital portátil, faixa mínima até 100.000 lux, display LCD, calibração conforme norma ISO/CIE.	UNID.	6	8
12	Decibelímetro digital portátil, faixa 30–130 dB, precisão $\pm 1,5$ dB, display digital, alimentação por bateria.	UNID.	1	2

Órgão Participante: 158958 - IFRN, Campus Aracati				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.
1	Gerador de Funções 25 MHz, 2 canais, faixa de frequência até 25 MHz, display digital, resolução de 14 bits, memória ≥ 8 kpts, compatível com interface USB.	UNID.	1	1
2	Osciloscópio digital 2 canais, display colorido $\geq 7"$, banda mínima 100 MHz, taxa de amostragem ≥ 1 GSa/s, interface USB e função FFT.	UNID.	1	1
4	Conjunto principal LEGO Mindstorm EV3 45544, destinado à robótica educacional, compatível com plataforma LEGO Education.	UNID.	1	15
6	Fonte de alimentação DC regulável, dupla saída, tensão ajustável de 0–30V, corrente até 5A, com display digital e proteção contra sobrecarga.	UNID.	1	1
7	Termovisor digital portátil, display colorido TFT, resolução térmica mínima 120x90 px, faixa de medição -20°C a 400°C, bateria recarregável.	UNID.	1	3
8	Kit iniciante para Arduino, contendo placa UNO R3, cabos, protoboard sensores e atuadores básicos.	UNID.	1	20
9	Kit robótico tipo braço mecânico didático (Smart Arm), compatível com Arduino, composto de servo motores e estrutura acrílica.	UNID.	1	10
10	Sensor de visão Pixy2-CMUCam5, compatível com Arduino e Raspberry Pi, com reconhecimento de cor e rastreamento de objetos.	UNID.	5	10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo para aquisição, entrega e recebimento dos itens será aquele estabelecido na Ata de Registro de Preços resultante do presente procedimento, em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, aplicável às contratações decorrentes da emissão das Notas de Empenho.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

1.7. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço por item**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

1.7.1. A contratação foi estruturada com abertura de Intenção de Registro de Preços (IRP) no sistema Compras.gov.br, permitindo que outros órgãos e entidades públicas manifestassem interesse na participação, conforme previsto no Decreto nº 11.462/2023.

1.7.2. A IRP recebeu manifestações formais de órgãos participantes, que apresentaram seus documentos e quantitativos dentro dos requisitos estabelecidos. Foram consolidadas apenas as participações que atenderam às exigências documentais, especialmente o envio do Termo de Participação assinado pela autoridade competente.

1.7.3. O IFRN – Campus Ipanguaçu atuará como **órgão gerenciador** da futura Ata de Registro de Preços, sendo responsável pela consolidação das demandas, condução do procedimento licitatório e gestão da ata, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.7.4. Após a conclusão do pregão e a formalização da Ata de Registro de Preços, será permitida a adesão posterior de outros órgãos ou entidades públicas, desde que observadas as normas legais aplicáveis e mediante autorização expressa do órgão gerenciador, em conformidade com o art. 82, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023.

17.5. No processo de consolidação das demandas provenientes do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, verificou-se que alguns itens possuem valor total estimado superior a R\$ 80.000,00, o que, em regra, poderia ensejar a aplicação da cota reservada às ME/EPP, conforme art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

17.5.1 Entretanto, após análise técnica e administrativa, concluiu-se que tais itens devem ser considerados **indivisíveis**, pelos seguintes motivos:

- **Economia de escala:** o fracionamento dos itens reduziria sua competitividade e poderia gerar aumento do preço unitário final, contrariando o princípio da vantajosidade.
- **Gestão contratual e logística:** dividir o fornecimento entre dois fornecedores distintos aumentaria significativamente a complexidade de gestão, fiscalização e padronização das entregas, sobretudo porque os equipamentos demandam instalação, calibração e suporte técnico especializado em múltiplas unidades participantes.
- **Padronização e risco técnico:** a natureza dos equipamentos exige uniformidade de marca, configuração e parâmetros técnicos. A divisão em cotas poderia comprometer a compatibilidade e o desempenho dos laboratórios.

Qualidade e responsabilidade técnica: manter um único fornecedor por item assegura garantias claras, suporte centralizado e menor risco de divergências técnicas entre unidades.

17.6. Diante disso, conclui-se que a aplicação de cota reservada para tais itens seria **antieconômica, operacionalmente inviável e tecnicamente inadequada**, justificando sua **indivisibilidade**, mesmo sendo objetos em tese divisíveis.

17.7. Importa esclarecer que, **mesmo sem a reserva de cotas**, permanece garantido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte o **tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006**, por meio do **empate ficto**, que permite que ME/EPP possam cobrir o menor preço ofertado quando seu lance estiver até 10% acima da melhor proposta. Assim, mantém-se resguardada a competitividade e participação qualificada dessas empresas.

17.8. Os itens cujo valor consolidado permaneceu abaixo de R\$ 80.000,00 poderão ser destinados à **exclusividade para ME/EPP**, desde que não haja restrições técnicas que impeçam tal modelo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000016/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2025;

III) Id do item no PCA: 204 a 216;

VI) Classe/Grupo: 6625 - INSTRUMENTO DE TESTE E DE MEDIÇÃO DE PROPRIEDADES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS; 5220 - CALIBRES DE INSPEÇÃO E FERRAMENTAS DE PRECISÃO; 1550 - AERONAVES TELEGUIADAS; 6130 - CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS; 6910 - ACESSÓRIOS PARA TREINAMENTO; 4110 EQUIPAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO; 7820 - JOGOS, BRINQUEDOS E ARTIGOS CORRELATOS COM RODAS; 7820 JOGOS, BRINQUEDOS E ARTIGOS CORRELATOS COM RODAS;

V) Identificador da Futura Contratação: 1158367-60/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Preferência por **equipamentos com certificação de eficiência energética (INMETRO/PROCEL)**;

4.1.2. **Incentivo** à utilização de materiais recicláveis e de menor impacto ambiental nas embalagens e componentes;

4.1.3. O fornecedor deverá observar a legislação vigente sobre logística reversa de equipamentos eletroeletrônicos, conforme a Lei 12.305/2010 e normas complementares;

4.1.4. Promoção de **práticas de responsabilidade socioambiental** pelos fornecedores, observando a **IN nº 1/2010 – MPOG** e demais normativos correlatos.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas constantes nos Estudos Técnicos Preliminares e nas notas explicativas da planilha de materiais que fundamenta o Termo de Referência:

Item	Equipamento	Marca/Modelo de Referência	Justificativa da Indicação
1	Gerador de funções 25 MHz - MFG - 4225	Minipa	Padronização do parque de instrumentos e compatibilidade com equipamentos já existentes.
2	Osciloscópio 2 Canais LCD colorido USB upgrade	Minipa	Compatibilidade com equipamentos e acessórios já utilizados e confiabilidade metrológica.
3	Analizador de qualidade de energia Classe S	Minipa	Padronização e compatibilidade com metodologias e suporte técnico adotados.
4	Conjunto principal Mindstorms EV3	Lego	Plataforma necessária para a continuidade de projetos e participações da robótica.
5	Drone mini 4 Pro Standard (com tela)	DJI (Mini 4 Pro Standard)	Atende às necessidades de projetos de visão computacional e estabilidade de voo.
6	Fonte de alimentação DC regulada MPC-3003/MPS-3003	Minipa	Facilita manutenção e padroniza equipamentos de bancada do laboratório.
7	Termovisor com LCD TFT - MTV-120	Minipa	Compatibilidade com rotinas de manutenção elétrica e confiabilidade das leituras.
8	Kit iniciativa para arduino	Sem indicação	Admite-se qualquer marca que atenda às especificações técnicas e pedagógicas mínimas.
9	Kit Smart Arm - braço robótico	Sem indicação	Aceitam-se kits equivalentes que assegurem robustez mecânica e compatibilidade didática.
10	Pixy2-CMUcam5 Smart Vision Sensor	Pixy2	Sensor amplamente utilizado para robótica e visão computacional.
11	Luxímetro digital	Minipa	Facilita calibração e padroniza equipamentos de medição luminotécnica.
12	Decibelímetro digital	Incoterm	Confiabilidade e padronização de medições acústicas e laboratoriais.

4.2.1. As marcas acima são apresentadas **como referência técnica**, sendo **admitidos produtos equivalentes ou superiores**, desde que atendam integralmente às especificações funcionais e de desempenho descritas no Estudo Técnico Preliminar e na planilha de materiais.

4.3. A Administração **não aceitará o fornecimento de produtos ou marcas que não atendam às especificações técnicas mínimas estabelecidas**, tampouco equipamentos que apresentem desempenho inferior aos das marcas de referência listadas no item 4.2.

4.4. Não se identificam, até o momento, marcas ou produtos especificamente vedados, ressalvada a observância da equivalência técnica e de desempenho mínimo exigidos no presente Termo de Referência.

4.5. Após análise da natureza dos bens e do mercado fornecedor, verificou-se a inviabilidade de aplicação da reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o objeto da presente licitação compreende equipamentos laboratoriais específicos e de caráter técnico, cuja aquisição exige padronização e compatibilidade com o parque existente nos Laboratórios de Eletrônica, Eletricidade e Robótica do IFRN – Campus Ipangaçu.

4.6. Além disso, o Campus Ipangaçu está localizado em zona rural, com baixa disponibilidade de fornecedores locais ou regionais enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte (ME/EPP), capazes de atender simultaneamente aos requisitos técnicos e quantitativos do objeto, conforme demonstrado no levantamento de mercado que instrui o processo.

4.7. Diante dessa realidade, e em observância ao disposto no art. 10, incisos I e IV, do Decreto nº 8.538/2015, a Administração excepciona justificadamente a aplicação da reserva de cota de 25% (vinte e cinco por cento), uma vez que:

4.7.1. não há o mínimo de três fornecedores competitivos ME/EPP capazes de cumprir as exigências estabelecidas;

4.7.2. e o tratamento diferenciado não seria capaz de alcançar os objetivos do art. 1º do Decreto nº 8.538/2015, especialmente o de fomentar o desenvolvimento econômico local, dada a escassez de mercado regional.

4.8. Ressalta-se, contudo, que as microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar livremente da licitação em igualdade de condições com as demais licitantes, beneficiando-se dos demais direitos previstos na LC nº 123/2006, incluindo: 4.8.1. o direito à regularização fiscal tardia (art. 43, §1º); e

4.8.2. o desempate ficto (art. 44 e art. 45).

4.9. Assim, a decisão de não reservar cotas encontra-se devidamente motivada nos autos, assegurando transparência, economicidade e ampla competitividade, nos termos do art. 5º, inciso IV, e art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Margem de Preferência:

4.10. Em cumprimento ao disposto no **art. 26 da Lei nº 14.133/2021**, no **Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024**, e na **Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2 de julho de 2024**, a equipe de planejamento da contratação procedeu à **verificação de enquadramento dos itens do objeto** nas tabelas de produtos beneficiados com **margem de preferência normal ou adicional**.

4.11. Após análise, **não foi identificado enquadramento** dos equipamentos laboratoriais constantes deste Termo de Referência nos **códigos NCM listados no Anexo I da referida resolução**, razão pela qual **não há margem de preferência aplicável** ao presente certame.

4.12. Ressalta-se que os itens licitados correspondem a **equipamentos eletrônicos e de robótica educacional**, cuja fabricação é predominantemente estrangeira, inexistindo produção nacional equivalente ou certificada conforme as regras de origem da CICS.

4.13. Dessa forma, a **Administração deixa de aplicar margem de preferência**, decisão **devidamente motivada nos autos**, em observância aos princípios da **isonomia, competitividade e economicidade**, previstos nos **arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da solicitação do material, em remessa única.

5.1.1. O prazo máximo aceitável de entrega dos itens é de 30 dias corridos, contados da data de solicitação do material, em remessa única, considerando a entrega efetivada a partir da verificação do objeto em perfeitas condições de uso, mediante inspeção visual e teste de funcionamento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: RN-118, s/n - Zona Rural, Ipangaçu - RN, 59508000 entre asno horário das 07:00h às 11:00h e das 13:00 as 16:00h, horário de funcionamento do órgão com disponibilidade para descarga e acompanhamento pelo responsável pelo recebimento.

5.3.1. Previamente haverá o contato com o fornecedor para definir o e-mail e telefone para contato para facilitar nas comunicações e solicitações de entrega do material.

5.3.2. Para garantir a segurança no trabalho com máquinas e equipamentos, é necessário que a empresa realize a entrega técnica no local, com teste do equipamento e instruções aos operadores:

- Entrega técnica
- A empresa deve realizar a entrega técnica no local, com teste do equipamento e instruções aos operadores.
- Manual de instruções
- O manual de instruções técnicas deve conter informações como identificação do produto, elementos da sua composição, utilidade, capacidade, explicações detalhadas sobre a sua instalação e funcionamento, e recomendações de uso.

5.3.3. Os equipamentos serão devidamente embalado de modo a garantir segurança em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas no percurso do ponto de origem até o local de armazenagem. O transporte será considerado da fábrica (fornecimento) até o local de armazenagem dos equipamentos, incluindo o descarregamento dos equipamentos e o transporte horizontal e vertical até o local especificamente indicado no momento do recebimento. Todos os equipamentos deverão ser entregues em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos.

5.3.4. O fornecedor deve ser legalmente estabelecido e está em conformidade com as regulamentações específicas da área, assumindo a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais/serviços que serão entregues.

5.3.5. Deverá ainda repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas no termo de referência. ACONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.7. A garantia tem por finalidade manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e desempenho, abrangendo a substituição de peças, ajustes, calibrações e reparos necessários, sem custos adicionais para o Contratante.

5.8. A manutenção corretiva será realizada pelo próprio Contratado ou, quando for o caso, por meio de assistência técnica autorizada pelo fabricante, observadas as normas técnicas aplicáveis e os padrões de segurança elétrica (NR10 e NBR 5410).

5.9. As peças substituídas durante o período de garantia deverão ser novas, originais e de primeiro uso, devendo apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores às originais.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese de prorrogação, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente — de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido — para uso provisório, de modo a garantir a continuidade das atividades laboratoriais durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento ou justificativa aceitável, o Contratante poderá contratar empresa diversa para execução dos serviços e exigir do Contratado o reembolso integral dos custos, sem prejuízo da vigência da garantia e da aplicação das sanções cabíveis.

5.14. Os custos de transporte, retirada, reinstalação e devolução dos equipamentos durante o período de garantia serão de responsabilidade exclusiva do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto possui vigência própria e independente do prazo contratual, permanecendo válida mesmo após o término da vigência do contrato administrativo, sendo possível a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas obrigações.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez por cento)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **8% (oito por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2 % (dois por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: 8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.40. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis, considerando-se o curto prazo de execução e a natureza imediata da entrega do objeto.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.23.1.1. Comprovação que já realizou entrega de um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado de bens similares;

9.23.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 220.646,37 (duzentos e vinte mil seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contemplada no item 1 deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do processo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26435/158367;

II) Fonte de recursos: GE.20RG.252285.4;

III) Programa de trabalho: 252285;

IV) Elemento de despesa: 449039; e V) Plano interno: L20RGP99GEN.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462 /2023.

12.3. Justificativa para a não abertura de IRP (Intenção de Registro de Preços)

Considerando que os recursos destinados a esta aquisição são provenientes de emenda parlamentar com prazo reduzido de execução e empenho, e tendo em vista a limitação de pessoal técnico para gerenciar um processo de registro de preços de abrangência compartilhada, a equipe de planejamento optou pela não abertura de IRP.

12.4. Dessa forma, o IFRN – Campus Ipanguaçu atuará exclusivamente como órgão gerenciador da ata de registro de preços, sem abertura de IRP prévia, destinando a ata, neste momento, ao atendimento das necessidades específicas do Campus.

12.5. Ressalta-se que, após a conclusão do pregão e a formalização da ata, será permitida a adesão posterior de outros órgãos ou entidades públicas, desde que observadas as normas legais aplicáveis e mediante autorização expressa do órgão gerenciador.

Ipanguaçu/RN 10 de novembro de 2025.

(assinatura eletrônica)

Carla Patrícia Silva de Farias

Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

(assinatura eletrônica)

Leidiana Arcanjo da Silva

Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

(assinatura eletrônica)

Marcos Antonio de Araujo Silva

Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

(assinatura eletrônica)

Ozanira Soares Maciel Izidorio

Membro da Comissão de Planejamento da Contratação